

Sala A
Est. 13
Tab. 1
N.º 7

INV.- N 2645

A. A. MENDES CORRÊA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

A ANTIGUIDADE DO PÔRTO

(A PROPÓSITO DE ALGUMAS CRÍTICAS A
«AS ORIGENS DA CIDADE DO PORTO»)

Separata do II Volume dos «Trabalhos da Associação
dos Arqueólogos Portugueses»



LISBOA—1936

RC
MNCT
—
90
—
COR

1885

REPORT OF THE

COMMISSIONERS OF THE

LAND OFFICE



Tab. 1
N.º 7

80.

A ANTIGUIDADE DO PÔRTO

A ANTIGUIDADE DO PÔRTO

(A propósito de algumas críticas a
«As origens da cidade do Pôrto»)

A. A. MENDES CORRÊA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

A ANTIGUIDADE DO PÔRTO

(A PROPÓSITO DE ALGUMAS CRÍTICAS A
«AS ORIGENS DA CIDADE DO PORTO»)

Separata do II Volume dos «Trabalhos da Associação
dos Arqueólogos Portugueses»



LISBOA—1936

RC
FNCT

90

COR

VÁRIAS objecções têm sido formuladas ao meu estudo *As origens da cidade do Pôrto*(¹). Esperava-as. Em primeiro lugar porque o assunto envolve problemas complexos e não me reputo — nem nunca me reputei — infalível. Mas conheço rasoavelmente o mundo, e contava já também com as manifestações da vasta escala psicológica que vai da obsessão bairrista de uns e da superficialidade ou incompreensão de outros à fantasia desmedida ou à falta de método científico de muitos!

(¹) As referências aqui feitas sob as iniciais *O. C. P.* dizem respeito à 2.^a edição, Pôrto, 1935. A 1.^a edição, mais reduzida e que continha apenas a conferência por mim feita em 18 de Março de 1932 na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, foi publicada na série «Estudos Nacionais» dirigida por Armando de Matos (Gaia, 1932). A 2.^a ed. é também uma reedição, corrigida e ampliada, do estudo *Cale, Portucale e Pôrto*, publicado no vol. VI dos «Arquivos do Seminário de Estudos Galegos» (Santiago de Compostela, 1934). Sobre o mesmo assunto fiz em 28 de Abril de 1932 uma comunicação à Academia das Ciências de Lisboa e publiquei uma nota, *Cale in Callæcia*, no volume de homenagem a J. Ramon Meliða, do «Anuário del Cuerpo Facultativo de archiveros, bibliotecários y arqueólogos», (I, Madrid, 1935).

Atrevera-me a investir, com serena objectividade, contra arraigados preconceitos locais e eruditos. Não tinha que estranhar reparos e contraditas. Vieram aqueles e estas, choveram as objecções, mas não hesito em afirmar que poucos argumentos apresentados foram ditados por um juízo imparcial e bem informado. Pensei em guardar silêncio. O trabalho aí estava para ser examinado pelos que têm competência e calma para o julgar. Só caberia vir a público se verificasse ter errado em qualquer ponto, pois seria de elementar probidade reconhecê-lo. Mas, como não era êste o caso — como não reconheci até agora ter incorrido ali em qualquer lapso ou erro — nada me obrigava a quebrar aquela atitude de recolhimento.

Quebro-a, porém. Porquê? Porque há entre os meus opositores quem merece deferência e porque, em qualquer circunstância, o público de boa fé tem direito a ser esclarecido. Algumas objecções podem revestir uma aparência de certo fundamento. Vejamos se, de facto, o têm. Mas vamos a isto rapidamente, porque o tempo escasseia para tarefas mais imperiosas e instantes.

OPINIÕES E DOCUMENTOS

Ponhamos de parte os argumentos de «autoridade»: Fernão Lopes escreveu isto, Alexandre Herculano disse aquilo. A opinião de Rebêlo da Costa foi já invocada como decisiva! Dir-se-ia que a ciência arqueológica não tem progredido nada, não tem permitido reformar e ampliar muitos juízos, tantas vezes infundados e até ingénuos, dos próprios historiadores mais dignos de crédito. Mas até se apelou para a opinião emitida por Garrett (cuja glória lhe não adveiu positivamente do saber histórico) no *Arco de Sant'Ana*, chamando-se a essa opinião um... «documento» que invalida as «fantasias» do meu estudo! Ausência *total* de espírito científico.

O que importa fundamentalmente não são «opiniões» — recentes em relação às datas afastadas que nos interessam — mas os testemunhos coevos, devidamente utilizados. E podem-se considerar como tais não só textos, quando os há, como restos arqueológicos,

mesmo indicações toponímicas e outras que ninguém desfigurou ou deformou tendenciosamente, e que, tomadas no seu valor real e adaptadas criteriosamente aos locais, falam mais eloqüentemente do que tôda a história oficial.

Precisamente porque uma «revisão do processo» me permitiu concluir duma maneira oposta àquela por que se pronunciaram até agora muitas pessoas, entre as quais não faltam, aliás, historiadores da maior categoria moral e científica, é que expuz os resultados a que cheguei. Impressionar-me-iam as opiniões de algumas dessas pessoas se estas tivessem disposto, no assunto em debate, dos meios de estudo de que a arqueologia tem hoje a felicidade de dispôr. Mas não dispunham. Desconheciam alguns factos que hoje conhecemos. Faltavam-lhes, sobretudo, elementos de comparação e interpretação que a ciência actual nos fornece e que algumas das críticas feitas ao meu estudo mostram serem, afinal, também lamentavelmente desconhecidos dos autores dessas críticas.

Nestes trabalhos, como em tôda a investigação científica, há que proceder cautelosa, metòdicamente. Não confundamos o valor das diversas informações. Os burgueses portuenses dos séculos XII ou XIII sabiam menos de Cale ou do povoamento pre-histórico destas paragens do que se sabe hoje, tantos séculos volvidos. Alexandre Herculano, com tôda a sua autoridade histórica, fazia, no seu tempo, uma ideia muito mais imperfeita dos dolmens ou das citânias do que faz actualmente um jovem estudante de arqueologia. Para os tempos pre-romanos e até para a época luso-romana a autoridade do grande historiador não atinge a dum Martins Sarmiento ou dum Leite de Vasconcelos.

É deplorável observar como se sobrepõem e confundem, em certos escritos, sem tomar alento, Romanos e Mouros, Suevos e burgueses do sec. XIII. Tudo no mesmo plano cronológico, sem o menor sentimento de perspectiva histórica, sem qualquer crítica do valor relativo e da oportunidade das diferentes fontes de informação invocadas. Esquece-se ou ignora-se que, se casualmente os nossos humanistas dos séculos XVII e XVIII fornecem um ou outro elemento útil, estes se encontram em geral, nos escritos desses humanistas, pelo que respeita a assuntos desta ordem, imersos num mata-

gal espêso de patranhas e invenções. Esquece-se também que, já depois do próprio Alexandre Herculano, vieram Martins Sarmiento, Alberto Sampaio⁽¹⁾, Leite de Vasconcelos, a falange da «Portugália», reformar entre nós os métodos de pesquisa e trazer-nos revelações preciosas.

Depois, há *factos* e há *hipóteses*, há *documentos* e há *opiniões*. Nem todos sabem, na devida altura, fazer a distinção. A existência outrora, no Pôrto, do topónimo *Cividade* é um facto, demonstrado irrefutavelmente por documentos coevos, não, sem dúvida, da *Cividade* mas da época em que este nome ainda subsiste, já aliás, de-certo, sem a exacta atribuição do seu significado. Que essa *Cividade* fôra uma remota povoação, de origem pre-romana, numa eminência de terreno, em condições naturais de defeza mais ou menos favoráveis — também não há dúvida nenhuma. Que ela tivesse sido *Cale*, isso é já uma hipótese — fundada, verosímil, mas uma hipótese.

Que na área do Pôrto o povoamento vem dos tempos pre-históricos, é um facto, incontrovertível, que hoje só pode ser contestado por quem... não saiba nada destas matérias. Que *Cale* tenha sido na *Calécia* e portanto ao N. do Douro, é, senão certo, quasi certo, por numerosos motivos a que os partidários da localização meridional não opõem uma razão decisiva, mesmo argumentos de maior probabilidade. Ao N. do Douro houve um *oppidum*, a *Cividade* do Corpo da Guarda, sede mais provável duma povoação como *Cale*, do que o simples castelo (*castellum* é um diminutivo) ou qualquer

(¹) Se Alberto Sampaio tivesse conhecido a existência do antigo topónimo *Cividade* no coração do Pôrto, não teria — ele que tão justas considerações fêz sobre as «Cidades»! — ligado tão pouca importância à remota ocupação humana na margem direita do Douro. Iria de-certo procurar a velha *Cale* no *oppidum* luso-calaico do Corpo da Guarda e não numa vila rústica de *Portugal* que no século X havia (?) nas proximidades de Mafamude. Conduzido por esta ideia (diversa da dos que localizam *Cale* no Castelo de Gaia), faz desenrolar o episódio lendário do Rei Ramiro no *castro* de Mafamude, esforçando-se por adaptar os Livros de Linhagens — tão suspeitos e tardios — a factos históricos, como o do transporte de materiais de *Portucale* (sem dúvida, nessa passagem, o Pôrto) para a construção da catedral de Santiago, etc.

dos *castros* e *vilas* rústicas da margem gaiense — castros e vilas a que, aliás, correspondiam outros do lado portuense. São factos, mas, para a questão da localização de Cale, constituem apenas um argumento de forte presunção. Hipótese é também — ainda que no limiar da certeza — a leitura de Vóssio dum fragmento de Salústio em que Cale appareceria como uma *civitas* da Galécia, e portanto ao N. do Douro. O illustre professor Leite de Vasconcelos dá-se, como outros autores idóneos, por convencido do fundamento dessa leitura. Pela minha parte, embora também convencido, reconheço a outrem o direito de considerar essa leitura como apenas conjectural. Oh, se não fôsse assim, o caso estaria definitivamente julgado, e não valeria a pena voltar a discuti-lo. Do mesmo modo, a existência de comunidade etimológica entre *Cale* e *Callæcia* é uma hipótese que uns admitem (como Vóssio, Weseling, Hübner, Schulten), que outros contestam (como o próprio Dr. Leite de Vasconcelos). O mesmo succede, entretanto, à pretendida aproximação entre *Cale* e *Gaia*.

É assim que se deve raciocinar nestas matérias: criticando o valor e a oportunidade dos testemunhos, distinguindo os factos plenamente demonstrativos, de simples opiniões, de hipóteses, mesmo de grandes probabilidades.

Como proceder para desfiar esta meada das origens portuenses e da identificação de Cale? Passo a passo, cautelosamente, sem saltos mortais, procurando terreno seguro, utilizando oportunamente os depoimentos dos textos, da topografia, da arqueologia, do toponomástico, eliminando ou esclarecendo os informes demasiado vagos ou contraditórios, utilizando preferentemente os elementos objectivos depois de ajuizar do seu valor documental, emfim enfeixando indícios que, isolados, pouco ou nada valem, mas, reunidos, se apoiam mutuamente. É aos factos que se adaptam as hipóteses, não a estas que se subordinam os factos.

Diz-me a consciência que foi essa a orientação que me conduziu no meu trabalho. Houve quem amavelmente qualificasse êste de «indigesto esforço», de «insucesso demonstrativo», de «parti-pris», de «aberrações», de fantasias indocumentadas dum «arqueólogo amador»... Êsses juízos vieram precisamente de quem menos mostra orientar-se pelo verdadeiro método científico. Não me zango. Quan-

do me não sentisse fartamente compensado pelos pareceres, diametralmente opostos, de especialistas competentes e imparciais do país e do estrangeiro, bastar-me-iam, para consolação, a certeza íntima do escrúpulo que invariavelmente me acompanha, e o conhecimento, através dos seus próprios escritos, do critério... «científico» dos autores dessas expressões mais despicientes.

Entendamo-nos, porém. Não é para eles que escrevo. É para quem seja capaz de ler estas linhas sem paixão e com discernimento.

FANTASIA E CREDULIDADE

Não devo deter-me na análise, parágrafo por parágrafo, dos artigos em que de qualquer forma foi contrariado o meu trabalho. Não é este que interessa, nem questões de pormenor/ou secundárias para o debate, mas o que há de essencial no assunto em discussão.

Uma questão secundária é, por exemplo, saber onde era o *Castrum quod a vulgo dicitur luneta*, de que fala a doação do couto portuense feita por D. Tereza ao bispo D. Hugo. Que tratos de polé sofreu esta pobre *luneta* que desde muito vem sendo identificada com o lugar da Noêda, de Campanhã! Falou-se na Lada, no Codeçal, no Barredo, eu sei lá em que mais!? Leu-se em vez de *luneta* tudo o que aprouve à inesgotável imaginação do leitor. Contestou-se que na moderna Noêda houvesse as condições topográficas favoráveis para um *castro*.

E, no entanto, não faltam junto da Noêda, para os lados de Campanhã, eminências propícias a localizações castrejas. O sítio da Noêda não é onde o indica a carta da Câmara de 1892, mas entre o meio da rua do Freixo (abaixo dos viadutos da linha férrea) e o monte do Pinheiro, a W do qual fica a estação de Campanhã. Ora a Noêda é uma elevação, hoje quasi completamente coberta de casario. O monte do Pinheiro, visto do lado oriental, dá a impressão duma eminência castreja que, em parte, foi cortada pela estação. Também, mais a norte, a Bemjoia constitui um monte com boas condições defensivas para N., E. e S. Recolhi estas notas *in loco*,

quando andava nas indagações de que resultaram os trabalhos que publiquei.

Nas *Inquirições* de Afonso IV (1348), a Luneta aparece já transformada em Lueda e para os lados de Campanhã⁽¹⁾. Mas nas *Inquirições* de Afonso III⁽²⁾ também se falava num lugar *Luneta*, precisamente na parte relativa a Santa Maria de Campanhã. E quem fôr ao Arquivo Distrital do Pôrto, poderá ver ali que as velhas transcrições dos mais antigos documentos do Cabido que contêm o topónimo *Luneta*, converteram êste em Noêda de Campanhan... Qual Lada ou qual Barredo!? Noêda, Noêda, a Noêda de Campanhã.

Foram-me atribuídas afirmações que nunca fiz: que a Cividade portuense era nos Aloques da Biquinha (no alto da rua de S. João); que era no burgo do Bispo; que o *Portucale castrum* de Idácio era a Cividade (quando eu fiz a distinção entre a *cividade* de Cale e o *Portucale* subsequente); que o «burgo portucalense» estava dentro do «muro velho», ficando a cidade extra-muros (quando eu apenas disse *e repito* que o aglomerado urbano portuense é mais antigo do que o bispado e que fora do muro velho, do burgo muralhado, do castelo episcopal, havia remoto povoamento que explica porventura as reacções freqüentes, de longes datas, da cidade contra a tutela dos prelados); que escrevi nos «Povos Primitivos da Lusitânia» serem *castrum* e *civitas* sinónimos (quando o que sempre tenho dito e escrito é que o povo chama modernamente *cividades*, *castros*, etc. — em português, não em latim — a antigas povoações fortificadas, dos altos dos montes); etc. etc. Chegou a escrever-se que me baseei na toponímia erudita (?), como se *Castro*, *Antas*, *Cividade*, não fôsem topónimos populares, tradicionais...

Afirmou-se⁽³⁾ que, ao passo que a povoação de Portugal aparecia na margem esquerda do Douro nos documentos do século X, só mais tarde aparece na margem direita o mesmo topónimo, sendo

(1) *Corpus codicum latinarum et portucalensium*, I, págs. 20 e 23.

(2) *Ibid.*, pág. 288.

(3) O sr. Licínio de Castro nas «Novidades», de Lisboa, de 3 e 17 de Junho e 1 de Julho de 1935.

problemática — para o articulista, claro está — a localização do *Portucale* de Idácio, do século V, nesta última margem. O bispo de Chaves, Idácio, não saberia nada de corografia destas paragens... por viver muito longe daqui.

A asserção é tão gratuita relativamente a um prelado nascido na *civitas* dos Límicos, como tôda a fantasiosa construção que o mesmo articulista architectou sôbre a primitiva sede do bispado portugalense em Gaia e sua ulterior transferência para o Pôrto. A afirmação de que *Portucale* só aparece na margem direita após o comêço do século XII é lamentavelmente inexacta. Idácio (séc. V) não deixa dúvidas sôbre a localização do *locum qui Portucale appellatur* pois êste encontrava-se *in extrema parte Gallæciæ* e, depois de morto Rechiar, o rei Teodorico, ainda em 456, passara de ali à Lusitânia — *de Gallæcia ad Lusitaniam succedit*. Ora era o Douro que separava a Lusitânia da Galécia.

É certo que num documento do século X (¹), sôbre o qual Alberto Sampaio edificou a sua tese, parece aludir-se a uma vila de Portugal, entre Mafamude, Coimbrões e *Galia* (*Galha* ou *Gaia*?), portanto ao S. do Douro. Mas, em primeiro lugar, reconhece-se geralmente que deveria tratar-se duma vila rústica, distinta dum velho povoado como Cale e dum burgo episcopal como seria o de *Portucale*. Na verdade, o mesmo documento (a célebre doação de Ordoño II ao bispo Gomado e mosteiro de Crestuma) fala dum *Portugale* onde havia bispo e se aparelhavam embarcações, seguindo-se de lá para Crestuma por via fluvial. Tratava-se dum *Portugale* marginal, não nas alturas de Mafamude e Coimbrões, e, embora ainda hoje se utilize freqüentemente a via fluvial entre Gaia e Crestuma, é crível que êsse *Portugale* fôsse na margem direita, oposta àquela em que demora Crestuma, sobretudo porque o bispo portugalense residia sem dúvida ao norte, no *Portucale locum* de Idácio, no *castro novo* de *Portucale*, na margem em que existia a *Cividade*, germen mais longínquo da cidade medieval. Autorizadamente escreve Grenier para a Gália, que as *cités* galo-romanas aparecem sobretudo

(¹) N.º 25 do *Portug. Mon. Hist. — Dipl. & Chartæ*. (V. O. C. P., pág. 18).

nas dioceses: «a Igreja — diz o ilustre arqueólogo (¹) — representa no nosso solo a herdeira mais fielmente conservadora do quadro administrativo romano».

Mas o mais grave é que a passagem do documento de 922 em que se fala da vila de Portugal não proporciona uma interpretação segura sôbre a referência a essa vila e a sua localização. Aquelas palavras aparecem depois de algumas linhas em branco, o que não é indiferente para o estabelecimento do sentido real do texto. Além disso, como, a meu pedido, amavelmente verificou na Tôrre do Tombo o ilustre investigador sr. dr. Laranjo Coelho, a leitura «in galia» (fig. 1) adiante feita interrogativamente nos «Portug. Mon.

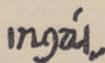


Fig. 1 — Decalque da passagem lida «in galia (?)» na doação de Ordo-
nho II em 922.

Hist.» é a mais admissível paleograficamente, mas nem por isso isenta de êrro ou dúvida, «em vista dos sinais especiais de abreviação de que a dita palavra se faz acompanhar, um pouco diferentes dos outros sinais especiais usados na época (a letra do cartolário do Livro Preto é francesa ou carolíngia, portanto dos fins do século XII ou princípios do século XIII) e que entravam em combinação indistintamente com qualquer letra».

Sem saber o que estava imediatamente antes das palavras «uilla de Portugal» e dadas as expressões consecutivas «quomodo diuidit per suos terminos antiquos» e «quomodo dividit cum illa uilla de mahamuti, et inde per montem a termino de colimbrianos», etc., podemos concluir que era a *villa de Portugal* que ocupava uma situação entre Mafamude, monte do têrmo de Coimbrões, e Gá-

(¹) J. Dechelette — *Manuel d'Archéologie* — V, 1.ª parte, 1931, pág. 145.

lia (?)? Julgamos que não. O documento, aliás interessante, não permite as conclusões de tanta monta que dêle se extrairam, desde João Pedro Ribeiro, Herculano, Alberto Sampaio, etc., até hoje. Ninguém pode com segurança dizer que vila de Portugal era aquela e qual a sua localização, pois a extensa lacuna anterior autoriza um sem número de suposições, e o que se segue tanto pode referir-se directamente, como muito indirectamente, à dita vila.

Outros documentos do século X e anteriores, sem falar nas supostas actas lucenses e no *Chronicon* de Idácio, levam a crer que a povoação episcopal de *Portugale* da doação de Ordonho era na margem direita do Douro.

Um diploma de 870 (*Port. Mon. Hist. — Dipl. & Chartae*, I, n.º V) contém a passagem: «in villa negrelus territorio bracharensis urbium portugalensis secum sancte marie subtus mons cauallus prope riuulum have». Pode haver dúvida de que a «urbs portugalensis» cujo distrito ia assim confinar com o de Braga, muito a N. do Douro, perto das margens do Ave, estava ao N. do Douro? É certo que a S. dêste rio o território portugalense já ia também para lá da *Civitas Sancte Mariae*, quasi até ao Vouga. Mas se a «urbs portugalensis» fôsse ao sul do Douro, onde só em Coímbra se ia encontrar um centro urbano de importância comparável à de Braga ao norte, não era natural que o domínio administrativo ou a influência territorial da dita «urbs» se estendesse quasi até ao Ave, numa intrusão inexplicável no domínio da velha metrópole bracarense, capital da antiga Galiza meridional e então povoação de importância muito superior ao discutido Portucale.

O documento de 907 que tem o n.º XIV do *Portug. Mon. Hist. (Dipl. & Ch, I)* é também flagrantemente demonstrativo de que a região de Portugal entestava com a de Braga ao N. do Douro e não neste rio. Leia-se: «Inter ambas labrugias subtus ciuitas albarelis et castro de boue territorio bragarense et portugalense». No documento XVI (de 908), aquelas localidades são mesmo já mencionadas apenas no território «portugalense».

Conduzem a análogas ilações os documentos XXIV (921), XCIII (967), CLI (986), CLVIII (990), etc. Alvarelhos, castro de Boi, Cus-

toias, Moreira, rio Leça, Alduar, Gondomar, etc., ficam no território português.

Em 995 Sunila e mulher vendem uma propriedade em Soalhães no «territorio portugalis, riuulo campaniana, subtus castro gundemari» (1). A propriedade era na margem direita do Douro, como o atesta a alusão ao ribeiro de Campanhã e ao castro de Gondomar. Mas o Portugal em cujo território isso se passava, era da margem esquerda? Por mais que se rejuvenesçam as pretensas actas do concílio de Lugo, elas ficam ainda suficientemente antigas (sobretudo pelos topónimos antiquados que contém) para que consideremos applicáveis ao século X, em cujo início Afonso III de Leão teria muralhado o Pôrto (a suposta muralha «sueva», na opinião do sr. prof. Leite de Vasconcelos) a sua clara localização da sede episcopal portuguesa no «Castro novo» do N. do Douro e a sua atribuição do castro antigo de Portucale do S. do Douro ao bispado de Coimbra. Aquêlê Portugal em cuja circunscrição estavam, no século X e antes, algumas povoações do norte do rio, tinha o seu centro urbano do lado do sul? A quantidade de indicações que é preciso deformar ou preterir — Idácio, actas de Lugo, vários diplomas, etc. — para se admitir que não havia uma povoação de Portugal ou de Portucale na margem direita do Douro antes do século XII, e que não fôra nele que, depois de curta localização da sede episcopal em Magnetum (Meinêdo?), se haviam instalado os bispos!... *Magnetum* é um episódio da história episcopológica portuense comparável ao do bispado de Dume em relação à metrópole bracarense.

O arbitrio da concepção do articulista a que nos referimos, é evidente. Para êle tôda a história do *oppidum* ou do burgo português até ao século X se transferiria para o S. do Douro, como se Salústio não tivesse, com a maior probabilidade, colocado Cale na Galécia, como se Idácio tivesse errado ao situar Portucale a N. do Douro, como se as actas do concílio de Lugo tivessem sido escritas depois da época neo-gótica, como, emfim, se inscrições e a toponímia não atestassem mesmo suficientemente um povoamento em

(1) *Portug. Mon. Hist.* — I, pág. 107 (O. C. P., pág. 38-39).

certos pontos da área do Pôrto medieval em tempos anteriores aos tempos medievos! É exigir muito...

E que documentos vai o autor dessa fantasia invocar para se apoiar? O testemunho apócrifo de Flávio Dextro (através do crédulo beneditino Novais), os supostos escritos de Hauberto de Dume, etc. Vitoriosamente invoca êsses depoimentos para transferir Cale e Portucale para o sul do Douro, para a Lusitânia, aliás em ingrato desacôrdo com as conclusões do monge Novais que o abastecera com tão «preciosos» elementos... Em qualquer enciclopédia, o meu contraditor verificaria que o analista espanhol do século IV compoz uma crónica, mas que o *Fragmentum Chronici F. L. Dextri* (1619) é apócrifo, parecendo ter sido fabricado pelo jesuíta Jerónimo de la Higuera. Os escritos atribuídos a Hauberto não têm maior autenticidade. Já leu o articulista das «Novidades» o livro de Godoy sôbre os falsos cronicões?

Vitoriosamente — infeliz precipitação dum bairrismo mal informado nestes assuntos! — se brandiram também, na imprensa diária, contra a tese da localização de Cale a N. do Douro, «testemunhos» da mesma fôrça daqueles, como inscrições falsas ou apócrifas que já expressamente eu reconhecera inutilizáveis, guiando-me pelo autorizado juízo de Hübner (*).

Não me dou sequer ao trabalho de reproduzir êsses textos epigráficos. Um dêles, segundo o seu inventor de há três ou quatro séculos, proviria do Vale de Ossela, perto da vila de Arouca, nas margens do Rio Cambra. Hübner reproduz esta inscrição entre as falsas (**), e o Prof. Lothar Wickert, continuador do grande epigrafista, confirmou-me categoricamente essa classificação.

Outra inscrição que Pereira de Novais reproduz também na *Anacrisis Historial* (***) e que sugeriu a outros antigos autores devaneios pretensamente biográficos sôbre uma senhora Cláudia Loba ou Cláudia Lopes, natural de Cale, é, com deturpação, a publicada

(*) *O. C. P.*, pág. 21.

(**) É a que Pereira de Novais apresenta a pág. 34 do vol. I da sua *Anacrisis historial*. Pinho Leal e outros também a reproduziram.

(***) Pág. 74 do vol. I.

no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VI, n.º 8.470, e em Dessau (*Inscr. Lat. Selectae*, n.º 1535).

O Prof. Wickert, que amavelmente me forneceu estes esclarecimentos, acrescenta que o grande epigrafista Henzen a viu, não podendo pôr-se em dúvida nem a exactidão do texto publicado naquelas colectâneas, nem a autenticidade da inscrição. Simplesmente ela pertence a *Roma*, não à Lusitânia e não está lá escrito «Claudiæ Lupæ Calensis» como querem os nossos fantasistas, mas «Claudia Cale», que seria, segundo Wickert, uma grega ou oriental de nome Καλη, talvez originariamente escrava e Cláudia Cale depois da alforria. Pois inventou-se que o marido desta Cláudia seria natural de *Paranhos*, freguesia do Pôrto (por se chamar Carpus Aug. lib. *Pallantianus*), e ajudante do prefeito do trigo e víveres do Entre Douro e Minho ou da cidade de Cale, quando no texto nada se contém sôbre o lugar ou região em que êsse prefeito exercia as suas funções...

Da primeira vez, ainda solicitei do diário portuense que, desprevenido, acolhera como boa a falsa inscrição de Ossela, a obsequiosa inserção duma carta esclarecedora. Saiu a carta, mas o noticiarista reincidiu, trazendo à publicidade, com as fantasias expostas, o outro texto epigráfico. Calei-me. Tenho mais que fazer do que andar constantemente a procurar abrir os olhos a quem se obstina em os conservar fechados!...

A CIVIDADE

As objecções que aos leigos em arqueologia podem afigurar-se como as mais ponderosas entre as que me têm sido dirigidas, visam sobretudo a significação que dei ao topónimo portuense *Cividade*, de cujo emprêgo aqui até ao sec. XVI pelo menos, ninguém tem hoje o direito de duvidar, depois da documentação que apre-

(¹) V. a lista nas *O. C. P.*, pág. 60.

sentei (1) e que já se pode ampliar com elementos novos, encontrados pelo sr. dr. Basílio de Vasconcelos no Arquivo Distrital desta cidade.

Disse-se que eu estava em contradição consigo próprio, pretendendo agora que *Cividade* era diferente de *Castro* e tendo sempre escrito que *civitas* e *castrum* eram sinónimos. Mas não é assim. O que eu escrevi e escrevem todos os arqueólogos contemporâneos é que o povo chama *castros*, *cividades*, *citânias*, etc. (não *castrum* e *civitas*) a povoações fortificadas que teriam existido no alto dos montes nos tempos pre-romanos e romanos. Podem mesmo êsses nomes ter ficado a designar os próprios montes e até às vezes lugares próximos, quando já haviam desaparecido os vestígios materiais aparentes dos velhos povoados. Nos *Dispersos* de Martins Sarmiento (p. 249) figura mesmo a exemplificação de deslocamentos toponímicos do alto para a base do monte, ainda quando no alto se não encontram ruínas visíveis das antigas construções. Quantas vezes fala Sarmiento de *Cividades* como sendo antigas povoações sitas em eminências! ? Vejam-se no mesmo volume as págs. 63, 129, 161, 423, etc..

Ora aquelas minhas afirmações não significam que haja perfeita sinonímia entre *castro* e *cividade* e, muito menos, entre *castrum* e *civitas*. Os arqueólogos falam, por exemplo, na «cultura dos castros», englobando nestas as relíquias arqueológicas das cidades, mas se os castros constituem uma designação ampla, genérica, que abrange as cidades e as citânias, estes últimos têrmos não parecem poder englobar todos os castros porque há castros — e muitos — que não merecem as honras de *citânias* e *cividades*. É o caso dos que eram pequenos recintos fortificados, freqüentemente de mera ocupação transitória em ocasiões de perigo, sem habitações permanentes, e não verdadeiros *oppida* ou povoações fortificadas, cuja importância dêmica e política em relação àqueles pequenos castros ou castros de ocupação temporária, permitiu mesmo a Martins Sarmiento e Schulten chamarem-lhes as «cidades» da Ibéria. Estas eram, aliás, como escreveu Sarmiento, bem mais modestas e reduzidas do que as da antiguidade clássica (e mais ainda, do que as do nosso tempo), embora o arqueólogo vimaranense diga que não vale fiar muito na musa grega que das cidades antigas nos conta maravilhas...

Pretendeu também o mais fantasista dos meus contraditores⁽¹⁾, apoiado solenemente em Calepino (que saberia da arqueologia portuguesa o erudito frade de há 500 anos?), que a *Cividade* ou *civitas* difere da cidade pròpriamente dita ou *urbs*, em ser apenas o povoado que se intercala entre a praça forte que constitui a *urbs* (!) e o arrabalde ou subúrbio desta. E o mesmo senhor julga triunfantemente encontrar uma confirmação disso no pretenso facto de à *Cividade* portuense serem, pelos documentos, atribuídas várias localizações, desde os Aloques da Biquinha e S. Domingos a terrenos de fora da muralha fernandina, a N. desta.

Na verdade, só um documento marcou até agora expressamente a localização da *Cividade* num sítio que está em concordância com a topografia atribuída às *Cividades* pelos arqueólogos competentes: é aquele documento que me levou à sua descoberta, por falar «na viela que da travessa do Souto vai para a *Cividade* de *sôbre os Pelames*». Nenhum dos arqueólogos idóneos, portugueses e estrangeiros, que têm visitado comigo, seguindo aquele itinerário, o morro, até então ignorado ou desprezado, de entre S. Bento e o Corpo da Guarda, duvida das suas condições topográficas propícias para sede dum pequeno *oppidum* lusitano (fig. 2). Há outros documentos que chamam da *Cividade* ao local da actual estação de S.

(¹) O sr. Strecht de Vasconcelos, cujo livro *Divagações etimológicas acêrca do nome de Portugal*, mereceu à pena autorizada do sr. dr. Rodrigo de Sá Nogueira, na bibliografia da filologia portuguesa do Centro de Estudos Filológicos, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, êste juízo nítido na sua concisão: «O presente trabalho não é científico. Nêle o A. revela-se absolutamente estranho aos mais elementares principios da ciência filológica. A sua leitura não é, pois, recomendável. Por isso abstenho-me de lhe indicar o sumário».

O sr. Strecht de Vasconcelos, correspondendo à benévola discreção com que eu aludia à sua insuficiente informação sôbre epigrafia latina de Portugal, chamou-me... arqueólogo amador. Sou de facto um insignificante rebuscador de velharias, reconheço a minha ignorância imensa, mas não me inclino perante a filologia avariada e humorística daquele senhor que para cada topónimo fornece, à *escôlha* do leitor, uma dúzia de pretensas etimologias variadas, celtas, latinas, gregas, árabes, hebráicas... O sr. dr. Sá Nogueira julgou definitivamente a sua «ciência»...

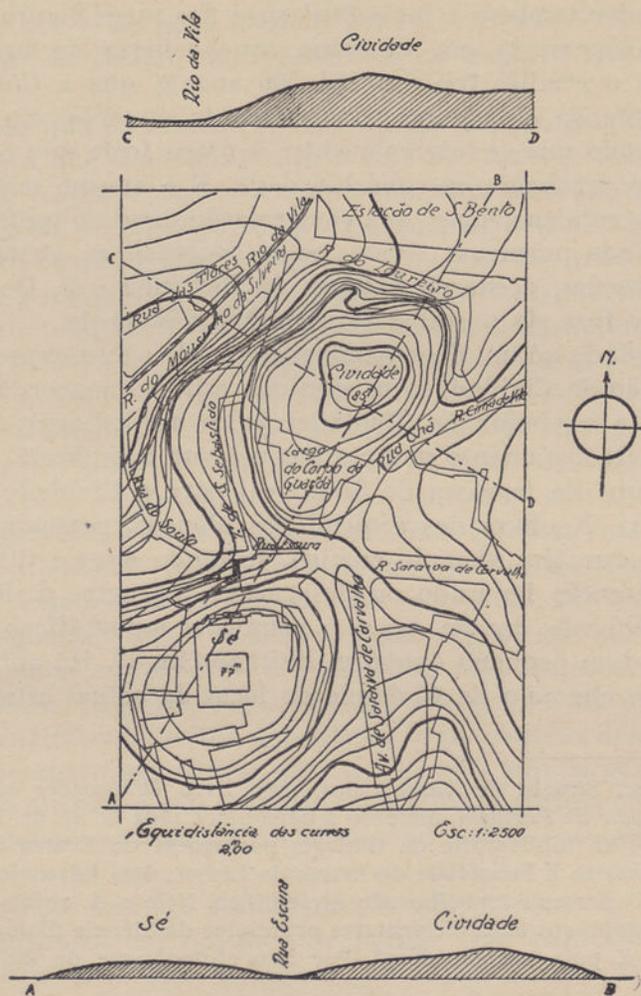


Fig. 2 — Carta hipsométrica da área de S. Bento e Sé. Em cima e em baixo, os perfis correspondentes aos cortes AB e CD. Aquele mostra bem os dos morros, distintos, da Sé e da Cidade, separados pelo vale da Rua Escura. O corte CD dá o declive da Cidade para o Rio da Vila.

(Carta obsequiosamente fornecida pela Repartição Municipal da Carta da Cidade).

Bento e a outros próximos. Disse no meu trabalho que nada mais natural e até provável do que a extensão do topónimo às áreas confinantes do monte. Estou mesmo em crer que nos séculos a que se referem êsses documentos já ninguém ligava ao topónimo o seu verdadeiro significado, embora ainda no século XVII Pereira de Novais falasse de ruínas na rua Chã, e as vilas *Taraza* e *Tastabale* localizadas pelo Padre Torcato Peixoto de Azevedo em 1692, respectivamente em Cima de Vila e rua Chã, e em S. Bento, pudessem como aquelas, corresponder a restos de extensões periféricas da vetusta citânia.

Seja como fôr, o morro de sôbre os Pelames corresponde também à situação eminente que outros documentos, falando em «asso [sob] a Cidade», permitem atribuir a esta, e ninguém se lembrará por certo de colocar a Cidade no «Rio da Vila» por êste ter sido chamado Rio da Cidade⁽¹⁾, antes se reconhecerá que êste nome resultava da passagem daquele curso de água no sopé do monte em que esteve a Cidade. Nenhum documento estabelece a localização da Cidade em S. Domingos ou na Rua dos Mercadores.

O morro da Cidade de «sôbre os Pelames» é distinto do da Sé ou Pena Ventosa e esta distinção fundamenta a dualidade nítida por mim provada entre a Cidade calaica da antigüidade e o «Castro Novo», Castelo ou burgo episcopal dos tempos medievos. Na baixa idade média há hortas e almoínhas nas paragens da Cidade. É que a Cale pre- e proto-romana estava um tanto longe do rio, onde a «pax romana» iniciara o tráfico, gerara o *Portus Cale*. É, como já escrevi, o processo geral do abandono dos cêrros abruptos e hostis pelos vales dos rios e pelas terras baixas, processo que caracteriza a ocupação romana no país, como já dizia o próprio Estrabão. A nova cidade surgira na margem do Douro, na confluência com o rio da Vila, e subira depois pelo morro da Pena Ventosa, onde os bispos, após o meado do primeiro milénio, haviam erguido o seu reduto, o *Castrum novum*, fronteiro ao da

(1) *O. C. P.*, doc. n.º 13, de 1640.

Cidade abandonada, que era mais alto⁽¹⁾, embora mais distante do *Portucale* marginal.

Dizendo «precária» a minha argumentação para a localização da Cidade no morro do Corpo da Guarda, o sr. dr. Torcato Brochado de Sousa Soares⁽²⁾, entendendo que Cale era ao N. do Douro e reconhecendo aliás as boas condições estratégicas do Corpo da Guarda, transfere para o outro morro, para o da Sé, as localizações de Cale ou da Cidade. A razão dêste parecer é que me parece muito... precária: era a maior proximidade do morro da Sé em relação ao Douro. Mas, se para o *Portucale* futuro essa proximidade era essencial, para uma cidade indígena, antes do tráfico e da paz que a romanização trouxe, eram sem importância os 200 ou 300 metros a mais a percorrer do morro do Corpo da Guarda até ao Douro. Mais importante era para os calaicos aborígenes a proximidade do modesto rio da Vila que corria na base do seu reduto. Documentos que publicámos, mostram que no fim da idade média ainda o rio da Vila desempenhava um papel importante na higiene, na economia, na vida do burgo portuense. Que não sucederia com os citanienses! ?

Mas há mais contra a opinião do dr. Sousa Soares. A Cidade estava *expressamente* (6.º documento da série que publiquei) fora da cerca do Castelo episcopal, e tôdas as extensões documentalmente atribuídas ao topónimo são para os lados das ruas Chã e de Cima de Vila, de S. Bento, Congregados e até dos Lóios — isto é, *nenhuma* para o lado da Sé e do Douro.

Mas, se a questão da precisa localização não oferece dúvidas, vejamos se a interpretação do topónimo, fundada em Calepino, pode subsistir por qualquer outro motivo. Em primeiro lugar, o português Cidade não deve considerar-se necessariamente sinónimo do latim *civitas*. Ora Marquardt, Schulten, Alberto Sampaio,

(1) Segundo as cotas determinadas pela Repartição Municipal da Carta da Cidade, o alto do morro do Corpo da Guarda e S. Bento tem 85 m. de altitude e o da Sé ou Pena Ventosa 77 metros.

(2) *Organização do Município do Pôrto durante a idade média* — Barcelos, 1935.

Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Cuevillas, Serpa Pinto, etc., estudaram modernamente o problema de maneira a devermos deixar em paz os manes de Calepino. No meu estudo em discussão expliquei o que se entende por *civitas* e por *cividade*. Alguns dos meus opositores não leram isso, porque, doutro modo, não viriam dogmáticamente insistir em acepções obsoletas ou arbitrárias dos termos.

Civitates equivaliam, na Península, a *populi* ou eram uma subdivisão destes, e significavam «territórios-comunidades», isto é, circunscrições politicamente independentes. Sarmiento escreve que, além de significar essas «pequenas confederações que os romanos já encontraram estabelecidas entre nós»⁽¹⁾, *civitas* também se aplicou num sentido restrito de sede material, de capital daquelas confederações. Alberto Sampaio, ocupando-se também das *civitates*, escrevia⁽²⁾: «Ora possuíam um *oppidum*, como centro de govêrno, de defesa e de habitação dentro do seu território; ora viveriam em lugares abertos ou casas dispersas... Quando tinham um *oppidum*, naturalmente êsse lugar, onde se concentrava a vida da população, representava a *civitas*... As ruínas dos *oppida* são conhecidas hoje tradicionalmente por *cividades*, *citánias*, *castros* ou *crastos*». Assim, *civitas* e *cividade* não sendo perfeitamente sinónimos, têm correspondência não só etimológica como até arqueológica, visto que *cividade* é um nome dado a restos materiais ou ao local do *oppidum* central duma *civitas*, devendo, porém, notar-se que na baixa época romana *civitas* já aparece como sinónimo de *urbs*, *oppidum* ou cidade material⁽³⁾, e no século IX nos nossos documentos aparecia *civitas* como equivalendo a cidade, na acepção moderna desta palavra⁽⁴⁾.

Schulten autorizada e categóricamente escreve: «A província constava de certo número de territórios-comunidades (*populi*, *civitates*) que Plínio menciona... Tôdas estas *civitates* eram o que

(1) *Dispersos*, op. cit., págs. 16 e 202.

(2) *Estudos históricos e económicos*, t. I, Pôrto, 1923, pág. 17.

(3) Já assim o diz Contador de Argote.

(4) Alberto Sampaio — *Op. cit.*, pág. 522.

hoje chamamos cidades.»⁽¹⁾ Noutro lugar⁽²⁾: «As cidades achavam-se em geral sôbre as montanhas... e sempre estão caracteristicamente fortificadas». Havia também castelos mais pequenos, simples refúgios. Nalguns lugares fortificados, como os «talayots» das Baleares, vivia o chefe, e em redor a tribo em cabanas.

O saudoso arqueólogo espanhol Ramon Mélida distinguia os *castros*, centros ou núcleos de população, das *citânias*, ou antigas cidades dentro de recintos fortificados, de maior extensão que os castros e, como estes, sôbre colinas⁽³⁾. Não se fala aqui em *cividades*, mas Martins Sarmiento, já citado, relacionava *citânias* e *cividades*⁽⁴⁾, admitindo a existência de diferenças de dimensões entre estas, os castelos e os castros⁽⁵⁾. Em relação à *civitas* material, os castros e cristelos seriam «povoações secundárias»⁽⁶⁾. Assim pensa também hoje o eminente arqueólogo francês Albert Grénier: «O termo *civitas*, no Baixo Império, designa — escreve êste autor — as cidades, cabeças de *cités* (*civitates*)», generalizando-se também o de *castrum*⁽⁷⁾. «Os *castella* não são mais do que *castra* mais pequenos»⁽⁸⁾.

O eminente arqueólogo galego Florentino Cuevillas e o nosso malogrado Rui de Serpa Pinto, numa recente memória⁽⁹⁾, não dei-

(1) *Hispania*, trad. castelh., pág. 120.

(2) *Ibid.*, pág. 94.

(3) *Arqueologia española*, Barcelona, 19, 29, pág. 76.

(4) *Dispersos*, op. cit., pág. 160 e 202.

(5) *Ibid.*, pág. 165. Em 1883-84, o sábio vimaranense não considerava constante a regra, mas isto não significa que êle entendesse poder a *Cividade* ser um pequeno castelo de ocupação transitória, sem corresponder ao menos ao papel administrativo de centro duma *civitas*. Porém, dez anos depois (págs. 160 e 161), Sarmiento não deixava dúvida sôbre o que pensava relativamente à hierarquia das Cidades perante os Castros e Castelos.

(6) *Ibid.*, pág. 202.

(7) J. Déchelette — *Manuel d'Archéologie* — V. 1.^a parte, Paris, 1931, pág. 403.

(8) *Ibid.*, pág. 437.

(9) *Estudos encol da edade do ferro no noroeste da Península — As tribus e a sua constituzón política* — «Arq. do Semin. de Estudos Galegos», VI, 1934, pág. 263.

xam dúvidas sôbre o assunto ao referirem-se «à divisão infinda da poboazón en núcreos xeneralmente pouco numerosos adstritos a unha acropole (*castellum*, castro) ou a unha villa fortificada (*oppidum*, cidade ou citania), núcreos que hai que supor funcionando c-unha certa liberdade e autonomia». Cidade aparece aqui já não apenas como velho povoado no alto dum monte mas ainda como equivalente a citânia ou ao *oppidum* centro duma comunidade política, distinto de simples *castella* ou castros. Note-se que «villa» não tem evidentemente naquela passagem a significação dada na época romana, mas a de cidade ou povoação de certa importância.

Compreende-se em leigos nestes assuntos a hesitação em dar ao topónimo Cidade o sentido que lhe atribuímos, desde que lhes não apareça bem patente a correspondência dessa designação com ruínas visíveis dum povoado. Mas pessoas cultas não têm o direito de hesitar. Quási tôdas as cidades da Península, à chegada dos Romanos, — escrevia Sarmiento (1) — eram em eminências, porém muitas delas foram «arrazadas sem poderem mais ressurgir» (2). O nome de Cidade «às vezes — dizia ainda Martins Sarmiento — está refugiado em qualquer bouça de mato, onde provavelmente acabaram as últimas casas da povoação que teve seus dias de glória num cabêço pouco distante. [Note-se que o topónimo Cidade se estendeu no Pôrto às proximidades do sopé do morro do Corpo da Guarda, eminência onde devia ter-se erguido o primitivo povoado]. Eu já disse — continua o glorioso exumador das citânias minhotas — que as nossas povoações pre-romanas têm pouco que descrever. *Na grande maioria delas* a pedra das construções e das muralhas está hoje nas tapadas e nas casas dos arredores... Os observadores pouco afeitos a estas vistórias arqueológicas recusam-se muitas vezes a acreditar que andam a passear na área duma antiga «cidade» que valeu talvez tanto como a Braga de há

(1) *Dispersos*, pág. 16.

(2) *Ibid.*, pág. 17.

vinte séculos»⁽¹⁾. Pois nem em Braga falta o topónimo Cividade, bem expressivo para quem não teime em recusar a evidência...

Não estará a sonhar quem atribui à palavra *Cividade*, na área portuense, um significado diverso do que lhe demos nas «Origens da cidade do Pôrto»? Onde estão o castelo e o arrabalde (como queria o sr. Strecht) nas *Cividades* de Bagunte ou de Terroso, por exemplo? Ossos de Calepino, para que foram perturbar o vosso eterno descanso! ?...

LOCALIZAÇÕES DE CALE

Engana-se — seja dito de passagem — quem imaginar que os meus contraditores estão de acôrdo numa tese adoptada contra a minha. Uns colocam a povoação de Cale ao S. do Douro sem que se harmonizem e se fixem na sua localização no Castelo de Gaia, na vila de Portugal (?) ou no castro de Mafamude. Outros colocam-na ao N. do Douro, mas na Tôrre da Marca ou no alto da Sé e não na Cividade. Mais peregrina é a ideia dum dêles para o qual a cidade de Cale... nunca existiu. Cale seria, se bem me recordo, o leito do rio Douro ou coisa parecida. Deus meu! O itinerário de Antonino que, na estrada de Lisboa a Braga, cita averiguadamente povoações, outras tantas escalas do percurso, citaria ali, por excepção, um pormenor de geografia física... Por não haver povoação na margem do Douro? Mas, dum e doutro lado, há vestígios arqueológicos da época romana. Valerá a pena discutir essas fantasias?

Quanto ao Portucale primitivo, para uns seria a N., para outros a S. do Rio. Para uns seria uma continuação de Cale, para outros coisa diferente. Que trapalhada! E que azáfama em não querer reconhecer ao topónimo *Cividade* o seu real valor!...

Entendamo-nos. Esse topónimo veio demonstrar a existência dum *oppidum* proto-histórico no coração do Pôrto, em local diverso, embora próximo, do morro onde presumivelmente se estabeleceu depois a fortaleza, castelo ou castro «novo» de Portucale.

(¹) *Ibid.*, pág. 161.

A fortaleza, castelo ou castro «antigo» de Portucale era na margem oposta do Douro. Os qualificativos *antigo e novo* tinham induzido muita gente a aceitar a prioridade de Gaia sobre o Pôrto. Leite de Vasconcelos recordou que, segundo uma verosímil leitura dum trecho de Salústio, Cale era uma cidade da Galécia e que, sendo a Galécia a N. do Douro, Cale devia ser portanto do mesmo lado. Além disso, seguindo o ponto de vista de Pereira de Novais, explicou que o termo *castrum* nas actas lucenses significaria fortificação e não cidade, acrescentando que na época neo-gótica (em que deveriam ter sido escritas essas actas e que era já muito distante dos tempos de Cale) o Pôrto teria sido fortificado recentemente.

Intervenho então no debate, trazendo, como argumentos novos, o esquecido topónimo Cividade e a correspondência dêste com o morro do Corpo da Guarda, *distinto do da Sé*, morro aquele que estava encoberto pelo casário moderno e que eu encontrara, guiado por um documento antigo, relativo à localização da dita Cividade. E concluo: 1.º — Fora da Pena Ventosa ou da eminência da Sé, entre S. Bento e o Corpo da Guarda, houve no Pôrto um *oppidum* pre-romano — facto incontroverso em face do que se sabe hoje sobre o significado da palavra *Cividade*; 2.º — Visto que Cale seria uma cidade da Calécia e portanto a N. do Douro, é possível a sua identificação com o referido *oppidum*, distinto do *Castrum novum* de Portucale, em que o qualificativo *novum* tanto impressionara até agora a maioria dos investigadores (a mim próprio impressionara, antes de saber da existência da Cividade), pela contraposição com o *antiquum* aplicado ao castro de Portucale do S. do Douro. A identificação da Cividade com Cale é hipotética, mas é mais verosímil do que a localização desta última no *Castelo* de Gaia ou noutro qualquer ponto das duas margens do Douro.

Organizei uma carta arqueológica do Pôrto e arredores na qual se inscreveram factos inéditos, e trouxe para o debate elementos mais seguros e sistemáticos do que os vagos e arbitrários preconceitos que geralmente dominavam. Ao passo que, do lado portuense, há, além de vários castros, um *oppidum*, a Cividade, distinto do «castro novo» de Portucale e se torna lógico preferir

para localização da *civitas* Cale êsse *oppidum* a simples castros, não só, do lado de Gaia, não há na zona marginal e para essas épocas recuadas senão castros, vilas rústicas e um *Castelo*, como não há indicação alguma segura que permita preferir para a hipotética localização de Cale o Castelo de Gaia, o castro de Mafamude ou a vila de Portugal... O topónimo Cividade aparece no Pôrto como uma impressionante excepção e mostra *sem sombras de dúvida* que no coração da cidade actual houve um núcleo bem determinado de povoamento, *de que até agora ninguém falara* e que é muitos séculos anterior à data sueva, arbitrária e erroneamente considerada até hoje por muitos a da fundação do Pôrto...

Aos sequazes de apócrifos Destros, aos que cristalizaram em Santa Rosa de Viterbo e aos dogmáticos inventores de fantásticas genealogias e etimologias portucalenses, oponho simplesmente... os factos, examinados à luz do que hoje se sabe de arqueologia pre e proto-histórica do noroeste da Península.

AS DÚVIDAS DUM MESTRE

Dignou-se o sr. prof. Leite de Vasconcelos honrar a 1.^a edição de *As origens da cidade do Pôrto* com uma análise bibliográfica na «Revista Lusitana» (t. xxxviii). Agradeço ao sábio Mestre a atenção dispensada ao meu trabalho e as amáveis expressões de elogio para com o meu estudo, que classifica generosamente de douto, eloqüente, científico, etc.

Sinto, porém, deveras que o sr. prof. Leite de Vasconcelos, em vez de proclamar abertamente quanto é objectivo o apoio que as minhas averiguações vêm trazer à sua tese da localização de Cale a N. do Douro, se detenha em pormenores secundários e em restritas preocupações de prioridade e oponha dúvidas à coincidência da *Cividade* com a povoação de Cale, para, inverosimilmente, ir procurar coincidência com esta no Cristelo que mal ainda conseguiu identificar nas alturas do Palácio de Cristal ou da Tôrre da Marca.

Pormenores: Que mencionei *Crestins* entre os topónimos derivados de *Castrum*, quando vem do patronímico medieval *Chris-*

tiniz, e que o fiz por não ser filólogo. É certo que não sou filólogo, mas *Crestins* veio por acaso a talhe de foice e não tem nada com a questão de Cale e da Cidade. O interessante, porém, é que ao passo que consagra *no texto* uma dúzia de linhas ao «meu» êrro, o sr. Prof. Leite de Vasconcelos reconhece numa breve *nota*, ao fundo da página, que, antes de mim, cometera o *mesmo* êrro nas «Religiões da Lusitânia» (II, 82). Quem merece maior reparo? Eu que não sou filólogo ou S. Ex.^a que o é e que me ensinou essa etimologia errónea?

Preocupações de prioridade: 1.^a — «Creio que *fui eu* [S. Ex.^a] o primeiro que em Portugal chamou a atenção para isso» [para o texto de Salústio, lido por Vóssio]; 2.^a — «*civitas* de Salústio, que *eu* [ainda S. Ex.^a] pusera em circulação»; 3.^a — o considerar-se no opúsculo o *Monte das Antas*, do Pôrto, documento da arqueologia pre-histórica da cidade não é de toda afirmação nova pois que eu [sempre S. Ex.^a] em 1885 a fizera, etc.». E a respeito desta última passagem, o sr. dr. Leite de Vasconcelos desculpa-me da omissão duma referência ao seu nome a tal respeito, evocando o facto de ambos têmos tido uma longa permanência no Pôrto e coincidirem casualmente as nossas observações.

Mas não preciso desta desculpa, porque a prioridade também não é de S. Ex.^a. Já em 1875, ou seja dez anos antes do sr. Prof. Leite de Vasconcelos, Simão Rodrigues Ferreira, citado no meu trabalho⁽¹⁾, dera ao topónimo portuense *Antas* o verdadeiro significado de megálitos.

Quanto ao texto de Salústio, também Florez e Hübner adoptaram a leitura de Vóssio. Insistiu o sr. Prof. Leite de Vasconcelos no valor desta. Mas eu cito o ilustre sábio nas passagens em que trato do assunto (págs. 30 e 36 da 1.^a edição das *Origens da Cidade do Pôrto*; págs. 22, 23, 29 etc., da 2.^a edição). E não bastou a S. Ex.^a a dedicatória impressa na 1.^a edição em que claramente afirmo ter encontrado nas suas lições, como nas de Martins Sarmiento, «o melhor alento para novas jornadas»?

Porque, em contraposição, não reconhece expressamente o sr.

(¹) *O. C. P.*, pág. 22 nota 2 e pág. 43 nota 2.

Prof. Leite de Vasconcelos a minha prioridade na invocação do topónimo *Cividade* como testemunho de povoamento pre-histórico na área portuense? E, no entanto, êle mesmo o adopta, no seu artigo da «Revista Lusitana», com essa expressa significação. Tão cioso de prioridades que são ou julga suas, o illustre professor pareceria mostrar menos pressa em proclamar as alheias.

Vamos, porém, às objecções principais de S. Ex.^a. São elas: 1.º — que, contra o que eu suporia, «não há coincidência *histórica*» entre a *civitas* salustiana e a designação *Cividade*, embora a haja fonética; 2.º — que a dúvida aumenta tendo em conta a existência do *Cristelo*, talvez na eminência da Tôrre da Marca.

Afirma o sr. dr. Leite de Vasconcelos que «não há coincidência histórica entre *civitas* e *cividade*, mas pela leitura dos períodos seguintes verifica-se que falta ali a palavra «necessariamente», porque, a-pesar das dúvidas apresentadas, S. Ex.^a não exclui em absoluto *nem podia excluir*, a minha hipótese da localização de Cale na *Cividade* de S. Bento.

Segundo o eminente professor, o primitivo sentido de *civitas* passou, no decorrer da latinidade, ao de povoação material. Mas ninguém disse o contrário, embora já remotamente *civitas* pareça, às vezes, também sinónimo de *urbs* ou de *oppidum*, visto muitas *civitates* serem, no que respeita a edificações, pouco mais do que os seus centros de povoação. Sarmiento, como vimos, assim pensava, dizendo que a *civitas* no sentido restrito era a *civitas* material, o *oppidum* cabeça da *civitas* no sentido lato.

Grenier, mais recente, é também mais categórico: «O termo *civitas*, no Baixo Império, designa as cidades, cabeças de «*cités*» [*civitates*]»⁽¹⁾. Quere dizer, em plena época romana, já *civitas* pode ser sinónimo de *oppidum*...

Mas o sr. dr. Leite de Vasconcelos diz que, como *Castro*, etc., o nome *Cividade*, primeiro comum, depois próprio, «teria sido dado pelo povo na época de transição do latim vulgar para a dos começos da língua portuguesa propriamente dita, a ruínas de antigas povoações erguidas em montes». Quere dizer: antes dessa época de transição, às tais ruínas ou não era dado nome nenhum ou

(1) Déchelette. *Op. cit.*, t. VI, 1.^a parte, 1931, p. 403.

eram dados nomes muito diferentes de *civitas* ou de *castrum*... O povo iria então, de repente, buscar ao léxico comum latino estes termos, ressuscitando-os, ou ao léxico de transição os seus derivados, e começaria então caprichosamente a baptisar as ruínas ora com o nome de *crastos* ora com o de *cividades*, a seu bel-talante...

Nenhuma dúvida tenho em concordar em que tal arbítrio pode existir em muitos casos, mas o povo não é tão caprichoso como às vezes o pintam. Terá baptisado com o nome de *crasto* alguns *oppida* de antigas *civitates*, mas duvido que tenha chamado *cividade*, por exemplo, a um pequeno castro ou castelo, simples refúgio transitório, que não tenha sido núcleo duma *civitas* ou que não merecesse o nome de cidade, na acepção da baixa latinidade ou na que lhe dá, por exemplo, Schulten.

As citações, já anteriormente feitas, de Sarmiento e de Grenier, mostram bem que, na opinião dos dois autores, já na baixa época romana *civitas* designa também o centro material das *civitates*. Para quê pretender, como quere o sr. dr. Leite de Vasconcelos, que não foi essa designação que *in loco* teve directamente em português a sucessora *cividade*? Em que se apoia a asserção da falta de continuidade histórica entre a palavra latina e a portuguesa, admitindo que se passasse a chamar castro a uma *civitas* e *cividade* a um castro sem importância?

Enfim: primitivamente *civitas* não é o mesmo que mais tarde *cividade*, mas *cividade* é o que resta do *oppidum* central duma *civitas* ou dum povoado permanente que merecesse foros de cidade e que porventura teria sido já baptisado *civitas* (*stricto sensu*) no baixo latim. Mantenho esta convicção de acôrdo com Grenier, Schulten, Sarmiento, Alberto Sampaio, Cuevillas, Serpa Pinto, etc. Diz o sr. dr. Leite de Vasconcelos que o nome *Cividade* foi aplicado em desconexão histórica com o nome *civitas*. Com Grenier e Sarmiento, duvido, mas, ainda quando houvesse tal descontinuidade, não a havia etimológica, e por certo, em grande parte, no ponto de vista semântico. Não é natural que se fôsse chamar *Cividade* a qualquer coisa que não fôsse o todo, uma parte, ou uma conexão, duma *civitas* (nos seus sentidos da alta e baixa latinidades). E, embora pudesse, por analogia, ter sido dado o nome de



cividades a *oppida* que não fôsem o centro político de *civitates*, não seria verosímil que, recusando-se êste nome ao *oppidum* central, por certo o mais importante, se fôsse dar a um simples castro dependente daquêle, ficando o núcleo da *civitas* com o nome mais vulgar e modesto de *castro* ou *castelo*. Porque há ainda a atender à menor freqüência, muito menor, no país, dos nomes, *cividade*, *citânia* ou *cidade velha* em relação aos de *castro* ou seus derivados. Essa menor freqüência parece bem corresponder ao número relativamente reduzido de *civitates*.

E não julgo ainda bem esclarecido o que nalguns documentos latinos medievais pode significar por vezes a palavra *castrum*. No doc. n.º 1 do meu trabalho (ano de 1307), fala-se em «domum de Cuidade». Está tudo em latim, menos Cuidade. É evidentemente um topónimo e bem preciso, não vago como queria o sr. Strecht de Vasconcelos. Em documentos ulteriores em português, também se fala no «sítio da Cuidade, da dita Cidade [do Pôrto]». Quem duvida do carácter toponímico vulgar daquela Cuidade? Mas, nas pretensas actas do Concílio de Lugo, *castrum novum* e *castrum antiquum* terão por igual o valor dos actuais topónimos populares *castro* ou *crasto*? Suponho bem que correspondessem a lugares povoados e fortificados mas que fôsse, como afirmou o sr. dr. Leite de Vasconcelos, à idade relativa das «fortificações» que se referiam os qualificativos «novo» e «antigo». A prova de que eram designações diversas das vulgares está em que na toponímia portuguesa se conservou a designação de Castelo tanto para o burgo muralhado dos bispos portuenses como para o morro de Gaia (se é que êste foi, como aliás creio, o *Portucale castrum antiquum* das actas lucenses). E, para o caso de Cale, a época neo-gótica fornecia já indicações retrospectivas tão precárias!... Entre a data romana ou pre-romana de Cale e os tempos da reconquista cristã já mediavam séculos!...

Não me proponho resolver definitivamente estes assuntos. Insisto apenas no significado de «povoado de origem pre-romana e sito no alto dum monte» que tem, *sem dúvida*, o topónimo *Cividade*. E êste vale quanto pesa para a questão de Cale, porque do lado portuense não há outros topónimos que possam indicar um centro

indígena (a origem de Cale era, sem dúvida, pre-romana) de povoamento, além do *Cristelo* de Massarelos ou Tôrre da Marca, dos *Crastos* da Foz, da Noeda ou de Gondomar, e do lado gaiense não há também senão alguns castros e o *Castelo* de Gaia, êste, aliás, mais susceptível de ser considerado uma excelente base militar, política e comercial dos romanos, um verdadeiro posto avançado da Lusitânia romana perante a Calécia por tanto tempo rebelde ao invasor, do que um povoado de profundas raízes indígenas. É mais verosimil que tivesse estas raízes o Monte Murado, por exemplo, ou outros *castros* do lado gaiense.

CRISTELO E ESTRADAS ROMANAS

O segundo ponto que desejo ainda rebater, do artigo do sr. dr. Leite de Vasconcelos, é aquêlê em que se emite a hipótese de que o *Cristelo* da Tôrre da Marca, que mencionei na margem portuense, fôsse Cale. Naturalmente cabe aqui evocar o que atrás dissemos sôbre o valor do topónimo *Cividade* em relação ao de *Crasto* e, com muito mais forte razão, aos seus diminutivos, como é *Cristelo*. Mas devo lembrar ainda: 1.º — que a identificação do *Cristelo* está longe de ser tão precisa como a da *Cividade*; 2.º — que esta se encontra quási no coração do Pôrto antigo, a alguns passos do *Castelo* episcopal, sôbre o vale do Rio da Vila, de tão curioso significado antropogeográfico, ao passo que o *Cristelo* está topogràficamente de todo desligado do *Portucale castrum novum*, mais de um quilómetro a juzante dêste e até cêrca-de 600 m. a juzante do *Castelo* de Gaia; 3.º — e sobretudo — que, se a falta de restos arqueológicos de Cale se explica no meio do denso casario das ruas Chã, do Loureiro e Corpo da Guarda, a abertura da Rua da Restauração e o arranjo dos jardins do Palácio de Cristal já deveriam ter dado qualquer documento arqueológico do *Cristelo*, ali mais facilmente conservado do que no centro da cidade.

Não concordo ainda com o sr. dr. Leite de Vasconcelos em que o problema da *Cividade* e da localização precisa de Cale na área portuense é de importância secundária perante o da posição desta em relação ao Douro, a N. ou S. dêste. S. Ex.^a entende ter resol-

vido este último problema, baseando-se sobretudo na passagem de Salústio⁽¹⁾, e acha «sem dúvida de menor alcance» o outro, que importaria apenas «própriamente à história local». Pois eu não penso assim, e vou dizer porquê. Em ciência, o nosso conhecimento é tanto mais perfeito quanto mais preciso. Afirmar que Cale é a N. do Douro em local incerto, representa um menor progresso científico do que fixar esse local num determinado ponto. Sabia-se que Tróia era na Ásia Anterior. Eis, segundo a doutrina do sr. Prof. Vasconcelos, o essencial. A localização da Tróia homérica na colina de Hissarlik, isso é, para S. Ex.^a, história local... Cale não teve a importância de Tróia na história antiga, mas, pelo menos, colaborou expressivamente no nome de Portugal!

E eu creio que para o problema topográfico de Cale tem maior valor a descoberta da Cidade no coração do Pôrto, ao lado da Sé, do que o próprio fragmento de Salústio, em que Vóssio leu — e, na minha humilde opinião, leu muito bem — *Gallæcia*, mas onde o copista escrevera *Gallia*. É licito hesitar em dar como certa esta leitura. Parece-nos que, pelo contrário, ninguém pode duvidar cientificamente do valor do topónimo *Cidade* como demonstrativo da existência dum velho povoado naquêlo local.

Surgiu ultimamente na imprensa diária a notícia de que apparecera um marco miliário no Castelo de Gaia e dêsse facto, como da existência de restos de estradas romanas no concelho de Gaia, pretendeu-se inferir que estava *demonstrada* a localização de *Cale* ao S. do Douro. Sôbre o assunto escrevi ao «Comércio do Pôrto» uma carta que aquêlo jornal inseriu no seu número de 2 de Novembro de 1935, e na qual chamava a atenção para o facto de não figurar no texto epigráfico qualquer distância ou indicação topográfica útil para este debate, sendo ainda para notar que o frag-

(¹) Ao contrário do que diz o sr. dr. Leite de Vasconcelos o termo «*Callæcia*», no título duma nota minha no volume de homenagem ao Prof. Melida, não é «inexacto» porque não me propuz ali reproduzir a própria passagem de Salústio, que figura exactamente no texto, mas apenas estabelecer nêsse título uma aproximação topográfica e ao mesmo tempo fonética entre *Cale* e *Calécia*. O sr. dr. Leite de Vasconcelos não admite esta última aproximação, mas fê-la, por exemplo, Hübner (cit. em *O. C. P.*, pág. 22 e nota 3).

mento arqueológico foi em tempos encontrado num muro na base do monte e não do Castelo — de qualquer modo deslocado da sua situação primitiva, para nós desconhecida. O ilustre director dos Museus Municipais de Gaia, sr. Armando de Matos, ocupou-se do assunto numa comunicação à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em 4 de Fevereiro de 1936, conservando uma escrupulosa reserva sôbre as relações do achado com a questão de Cale. É indiscutível que a zôna gaiense constituia um local de acesso de vias romanas que do sul vinham abordar o Douro. Devia ter constituído mesmo, na época da conquista romana, uma base militar das operações para o N. do Douro. Mas nem um facto nem outro provam que o povoado indígena de Cale fôsse do lado de Gaia. Cale já existia antes da chegada dos Romanos, como tantas outras cidades e castros do país.

Os vestígios das estradas romanas não são exclusivos da margem gaiense. Elas afluíam ao Douro para cuja travessia havia certamente, em plena época romana, estações nas duas margens. Mas *Cale* é uma designação pre-romana, indígena, e, como já dissemos, os Romanos, no seu esforço de penetração na Calécia, deviam ter-se fortificado e estabelecido a sul do rio, talvez no Castelo de Gaia, aonde não é de surpreender que se dirigissem especialmente as suas estradas militares. Entre a *Cale pre-romana* e o Castelo romano de Gaia não há portanto necessariamente — nem verosimilmente — identidade. Cale seria já, por certo, uma das cidades calaicas do N. do Douro, que a conquista e pacificação foram deslocando das suas fortes eminências defensivas para a labuta dos vales, das planícies, das vilas rústicas, de novos povoados.

É curioso notar que, ao passo que o documento aparecido nas faldas do castelo de Gaia data, segundo o sr. Armando de Matos, da República, os miliários de S. Mamede, Trofa, Famalicão, etc., ou seja do norte do Douro, são já do século II da nossa era. Isto ratifica a nossa opinião de Gaia ter sido base da investida romana contra a Galécia, mesmo até contra Cale. A propósito, não se esqueça que no Pôrto, no próprio Castelo episcopal, apareceram inscrições romanas⁽¹⁾.

(1) Aem. Hübner — *Corpus Inscript. Latin.* — II, n.º 2370 a 2372.

Contra a opinião segundo a qual «Portucale» significaria «Cale que é um porto», suponho mais admissível que «Portucale» significasse inicialmente o «pôrto de Cale» ou pôrto contíguo a Cale. Não pôrto, na acepção de grande pôrto de mar, mas na de entrepôsto mercantil ou até na de «passagem» que, outrora e ainda hoje, é dada em muitos pontos do país a vaus e passagens de rios. A passagem não era evidentemente no alto da colina castreja, fôsse ela qual fôsse, mas no rio, nas suas margens. Ora possivelmente o carácter de entrepôsto de circulação que tem Portucale e a abundância de passagens nestas alturas do Douro, abundância testemunhada por vários factos, foram as causas da generalização progressiva que sofreu o topónimo Portucale, e a tal ponto êste se tornou difuso e impreciso com o tempo que o Pôrto teve de contentar-se por fim com o nome comum latino, abandonando, ao condado e depois à nação, o nome inteiro em que se continha o mais remoto tema, Cale. Felizmente possui o Pôrto a Cidade a denunciar eternamente mais êste seu sacrificio pela Pátria maior.

Grénier escreve a propósito das cidades galo-romanas: «Quando o *oppidum* [gaulês], do alto duma colina vizinha, dominava a ponte ou um confluente do rio, a cidade da época romana... desce do *oppidum* para o curso de água e espraia-se na margem» (1). Não haverá qualquer coisa de paralelo na formação do Portucale medieval nas margens do Douro, a partir da Cale indígena, hostilmente entrincheirada na eminência, em cujo sopé fluía o rio da Vila? Cremos que sim.

Assim, o Portucale medieval não se confundiria com a antiga Cale, embora dela derivasse e a chegasse até ulteriormente a englobar, como nome da região e enfim de todo o país.

OSBERNO E EDRISI

Em dois textos do séc. XII procurei elementos para a questão em debate. É o primeiro a narrativa, feita pelo cruzado Osberno, da conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Ali se menciona após

(1) Déchelette — *Op. cit.*, t. VI, 2.^a parte, 1934, pág. 686.

o Leça, na jornada dos cruzados do Norte para Sul, o Douro (fluvius Doyra), «sôbre o qual está *Portugala*, assim chamada do seu antigo nome *Portu Gallorum*, e que, destruída com a vinda dos Mouros e dos Moabitas, desde há cêrca de 80 anos fôra restaurada». «Do lado sul, desde os primeiros rochedos da entrada até à outra rocha inferior, numa largura de 12 passos a partir da margem do fim da enseada, o pôrto tem umas areias medicinais [Cabedêlo?], com que se cobrem os doentes, para que, sobrevivendo o mar, os lave e assim se curem. O próprio bispo testemunhara que o seu predecessor ficara assim curado duma doença parecida com a lepra.» Narra mais o cronista que o bispo D. Pedro, ao chegarem os cruzados ao pôrto, havia ido ao seu encontro com os respectivos eclesiásticos. O rei estava ausente com o seu exército, em luta contra os Mouros. Descreve-se em seguida a entrevista, e, bem assim, que, no dia imediato, «saindo muito cedo dos navios, se haviam reunido todos perante o prelado no cemitério episcopal, sito no alto do monte». A reunião fôra ali por não poder a igreja conter tanta gente. O bispo fêz então, em latim, um sermão, transmitindo as ordens do rei e abençoando os presentes, depois de os absolver dos seus pecados. Nêsse sermão D. Pedro relatou as violências e saques dos Mouros nesta cidade e nesta região, e exortou os cruzados a auxiliarem D. Afonso na tomada de Lisboa.

Ao fazer o relato da viagem marítima dos cruzados, acompanhados dos prelados de Braga e do Pôrto, para Lisboa, Osberno refere-se às Berlengas (*Berlinges*), a rios, bosques, castelos e cidades, como Santa Maria (Feira?), o Vouga (*Voga*), Coimbra (*Colymbria*), Soure (*Soyra*), Tejo, Almada (*Elmada*), certamente Leiria (*Lora*), Alcobaça (*Alchubez*), Sintra (*Suchtria*), etc.

Do texto de Osberno⁽¹⁾ não se tiram, creio, elementos úteis para o nosso debate. *Portugal* não tem a etimologia *Portu Gallo-*

(¹) No *Portugaliæ Mon. Hist., Scriptores* — I, pág. 392; e, com versão do Dr. José Augusto de Oliveira e prefácio do eng. A. Vieira da Silva, em complemento ao vol. II da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, sob o título *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Lisboa, 1935.

rum que êle lhe atribui. O acanhamento de dimensões da Sé, êsse talvez coincida com a passagem das inquirições de Afonso IV, em que os cidadãos do Pôrto diziam que D. Tereza doara ao bispo apenas «huma hermidia que em esse tempo estaua hu hora está a ssé, e... hum burgo pequeno que estaua apar dessa hermidia» (¹). Do cemitério do séc. XII, em que se realizou a assembleia referida, seriam restos as sepulturas cavadas na rocha que nas recentes obras de restauração da Sé portuense foram descobertas à entrada do templo? A verdade é que a idade dessas sepulturas abertas na rocha não está ainda averiguada (²). Têm sido consideradas proto-cristãs; menos verosimilmente as têm alguns suposto pre-históricas. O certo é que são freqüentes junto dos templos românicos, sendo de lamentar que ainda não tenha podido fazer-se a exploração científica de uma só que fôsse, inviolada e intacta.

Outro texto do séc. XII, que já foi invocado para a discussão do problema de Cale e Portucale (³), é a *Geografia* do Edrisi, géografo árabe que esteve na Península entre 1142 e 1147, tendo então, segundo Herculano, visitado Lisboa e tendo acabado em 1154 o seu livro já na côrte de Rogério da Sicília.

Descrevendo o caminho de Coimbra a Santiago por terra, Edrisi, segundo a transcrição do illustre arabista prof. David Lopes, fala dum dia de viagem entre Coimbra e a *alcaria* (vila) de *Águeda*, outro de aqui à de *Oliveira* (de Azeméis), outra desta ao princípio da terra de Portugal, cuja largura o caminho atravessava num dia. Ai «fica, diz, a alcaria nova de Gaia (no texto: *Alcaria Bona de Qar*), junto do Douro, isto é, o rio de Zamora. Êste rio passa-se ali em barcos próprios para a travessia. Desta alcaria ao castelo de... (?) no rio Minho há 60 milhas ou sejam dois dias de viagem». Ao descrever o itinerário marítimo Edrisi dá o rio Vouga como limite do território de Portugal.

(¹) *O. C. P.*, pág. 71.

(²) Aristides A. Girão — *Sepulturas antropomórficas abertas em rocha* — Vol. de Homenagem a Martins Sarmiento — Guimarães, 1933, pág. 122.

(³) Id. — *Civitas Aeminiensis* — «Instituto», vol. 16.º, n.º 3, 4.ª série, Coimbra, 1934.

O sr. Prof. Aristides Girão inclinou-se a encontrar uma confirmação da afinidade fonética entre *Cale* e *Gaia* na passagem relativa a *Bona-Car* (evidentemente Vila Nova de Gaia) (¹), que lhe parecia indicar que a povoação mais importante surgia a quem vinha do Sul, antes de atravessar o rio. Mas o ilustre professor não deixa de reconhecer a possibilidade de harmonização desse texto com a tese oposta. É crível que *Bona* seja *Nova* e *Qar* ou *Car* seja *Gaia*, mas a palavra *nova* contraria aí a tese da antiguidade de *Gaia* = *Cale*, e quem pode duvidar de que o nome *Cale* subsistia também nessa data como parcela do *Portucale*, povoação da margem direita, sede dum episcopado já representado em concílios e enriquecido nessa época pela doação de D. Tereza?

Em suma, nem Osberno nem Edrisi ajuntam qualquer elemento importante ao debate que nos ocupa. Mas, como não tínhamos falado desses textos nos trabalhos anteriores, julgámos conveniente aludir ao precário resultado da respectiva análise no objectivo indicado. Não esqueçamos, porém, que o séc. XII já é muito tardio em relação às datas em que os textos falam expressamente numa *Cale* coeva, e que haviam decorrido cerca de 700 anos sobre a primeira menção de *Portucale*... É muito arriscado decidir sobre testemunhos tão indirectos e lacunares. Quantas dúvidas na leitura de alguns textos e quantas vicissitudes e transformações na existência de alguns povoados no lapso de mais de meio milénio!?

(¹) É a autorizada opinião do sr. Prof. David Lopes, que rectifica outras suposições de Eduardo Saavedra sobre identificações toponímicas. Saavedra publicou o texto na *Revista Archeologica* — I, pág. 49-52. Segundo Saavedra a viagem entre Coimbra e Santiago far-se-ia pelo interior do país, e não perto da costa, mas as distâncias e as referências geográficas não concordam com as suas interpretações. (David Lopes — *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano* — «Bol. da 2.^a classe da Acad. das Ciências de Lisboa, III, págs. 243 e seguintes).

CONCLUSÃO

Talvez um dia me detenha na análise de velhos topónimos portuenses que aparecem, por exemplo, na doação de D. Tereza e na confirmação feita por Afonso Henriques. Por agora quis apenas desfazer alguns lapsos, inexactidões ou fantasias de críticos do meu trabalho. Ao presente artigo seguir-se-á em breve uma colectânea documental que organizei, sôbre a antigüidade portuense.

Não pretendo ter demonstrado matematicamente que a povoação de Cale era na colina do Corpo da Guarda e que Portucale foi inicialmente uma sua derivação na foz do Rio da Vila. Mas do que tenho a certeza é de que não só me não foi oposta até agora qualquer hipótese mais verosímil, mas de que o povoamento da área central do Pôrto é mais antigo — muito mais — do que tantos supunham, considerando-o de fundação sueva...

Não. O Pôrto tem num passado remoto, como a nobre Brácara, a sua Cidade, *oppidum* que os Romanos já encontraram aqui e no qual provavelmente experimentaram a tenaz resistência comum a outras citânias e castros galaicos.

Nenhum dos críticos a que me referi, quis reconhecer o interesse e a novidade da contribuição que tal elemento trazia para a mais remota história do Pôrto. Pouco importa. O essencial é que esta tenha emfim enveredado por um rumo mais seguro do que até agora.

Pode a Cidade não se identificar com a Cale de Salústio ou do Itinerário de Antonino. Mas nenhum documento incontroverso permite localizar esta com mais segurança noutro ponto a N. ou a S. do Douro. E está emfim desfeita a lenda que fazia do Pôrto um local de povoamento ulterior em relação ao Castelo de Gaia. A Cidade do Corpo da Guarda foi, sem sombra de dúvida, um núcleo démico antiqüíssimo, no coração da cidade actual. Continue quem quiser, a ignorar ou a menosprezar êste facto.

Aos leitores de boa fé entregamos estas considerações e a colectânea que, com algumas anotações necessárias, se lhes seguirá. Organizando uma tal colectânea, quisemos pôr à disposição de estudiosos das antiguidades portuenses, materiais que se

encontram mais ou menos dispersos, e muitas vezes tendenciosamente deformados. A todos oferecemos assim o meio de julgar detida e imparcialmente o assunto, examinando os vários elementos e interpretando-os não através de sugestões ou impressões de outrem, mas sob um critério próprio, que aliás deve necessariamente estar subordinado a normas basilares de método e de crítica sem as quais não é possível uma pesquisa verdadeiramente científica.



ERRATA

Pág.	Linha	Em vez de	Leia-se
18	4	consigo	comigo
28	12	Destros	Dextros
35	2	do Castelo	no Castelo

A nota de pág. 17 pertence à pág. seguinte.

*Este livro foi composto e impresso
no mês de Fevereiro de 1937,
por JOÃO PINTO, LIMITADA,
Rua do Salitre, 190-192 — Lisboa*

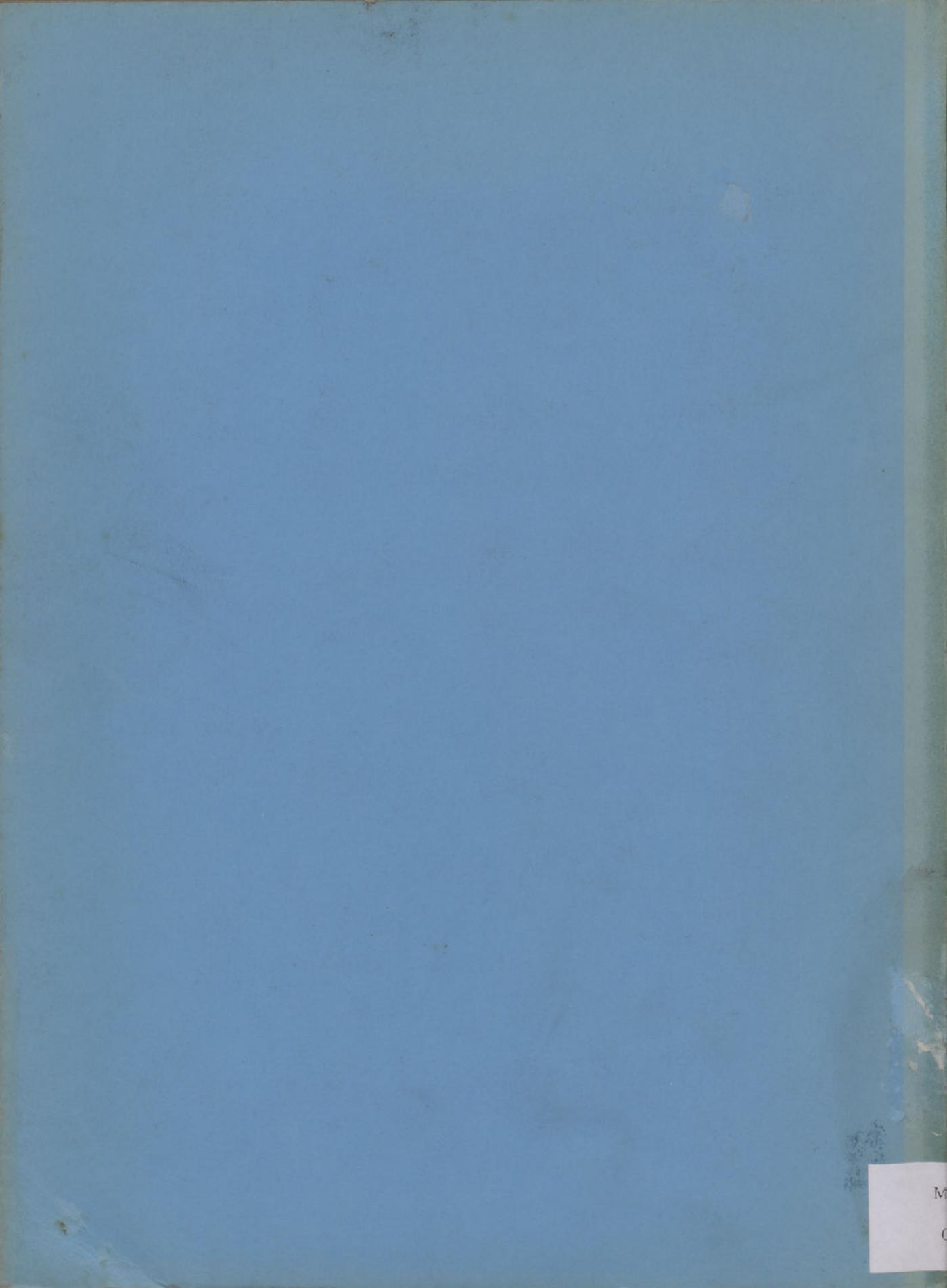


RÓMULO



CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DE ESTUDIOS AVANZADOS
UNIVERSIDAD COIMBRA

1329727573



M
C